



Eixo 3 – Nome do eixo Formação e identidade profissional

Bibliotecas Infantis de São Paulo (1936–1956): memória institucional, identidade profissional e sustentabilidade cultural no limiar do Antropoceno

Children's libraries of São Paulo (1936–1956): institutional memory, professional identity, and cultural sustainability at the threshold of the Anthropocene

Elisângela Silva – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) / Biblioteca Pública Hans Christian Andersen – eli.alves.silva@gmail.com

Marcos Paulo de Passos – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – mp.passos@unesp.br

Resumo: Analisa o percurso histórico das primeiras bibliotecas infantis municipais de São Paulo entre 1936 e 1956, articulando o debate sobre sustentabilidade cultural e o Antropoceno. A pesquisa, de natureza histórica e documental, fundamenta-se na História Cultural e no paradigma indiciário, mobilizando fontes legislativas, administrativas e bibliográficas. Os resultados indicam que essas bibliotecas atuaram tanto na integração da população migrante quanto na formação leitora das crianças, mas também funcionaram como ferramentas de controle pedagógico. Conclui-se que há necessidade de recuperar essa memória institucional para repensar o papel contemporâneo das bibliotecas ante as desigualdades do Antropoceno.

Palavras-chave: Bibliotecas infantis. História da Biblioteconomia. Antropoceno. Sustentabilidade cultural. Formação leitora.

Abstract: This article analyzes the trajectory of São Paulo's first municipal children's libraries between 1936 to 1956, relating this history to current debates on cultural sustainability and the Anthropocene. The research is based on historical-documentary analysis, grounded in Cultural History and the evidential paradigm, using legislative, administrative, and bibliographic sources. Results indicate that these libraries promoted the integration of migrant populations and the development of reading practices, while also operating as instruments of pedagogical control. Recovering this institutional memory is essential for rethinking the contemporary role of libraries in facing Anthropocene inequalities.

Keywords: Children's libraries. History of Library Science. Anthropocene. Cultural sustainability. Reader formation.



1 INTRODUÇÃO

A historiografia das bibliotecas infantis em São Paulo concentra-se principalmente na Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, reconhecida como instituição pioneira, além de constituir um marco da atuação de Lenyra Fraccaroli¹ e da política cultural vinculada ao Departamento de Cultura idealizado em 1935 por Mário de Andrade.

Essa centralidade, ainda que compreensível, frequentemente oculta a existência de outras bibliotecas localizadas em bairros operários e de imigração. Tais instituições são fundamentais para compreender a dimensão territorial e social das políticas públicas de leitura, evidenciar a diversidade espacial e institucional dos serviços bibliotecários direcionados à infância e reconhecer que a vitalidade cultural ultrapassava os limites do centro urbano.

O objetivo deste estudo é analisar a trajetória histórica das bibliotecas públicas infantis em São Paulo, particularmente os primeiros 20 anos da expansão dessa rede (1936–1956). A pesquisa contempla a análise da distribuição territorial dessas bibliotecas e os critérios adotados para sua implementação. Também examina como os acervos foram constituídos, quais atividades culturais foram promovidas, os perfis profissionais envolvidos e as concepções de infância, da leitura e formação do leitor que embasaram a fundação dessas instituições na capital paulista.

Assim, a questão da gênese histórica dessas bibliotecas precisa ser tratada, não como um tema nostálgico, mas como uma indagação contemporânea dirigida ao passado, tendo em vista as bibliotecas como locais de resistência e enfrentamento de desigualdades informacionais, culturais e ambientais características deste período, conforme delineado no Manifesto IFLA Unesco (2025).

¹ Lenyra Camargo Fraccaroli (1906–1991) destacou-se como uma das principais responsáveis pela consolidação das bibliotecas infantis públicas paulistanas. Nascida em Rio Claro (SP), formou-se professora pela Escola Normal de São Paulo em 1932 e bibliotecária pela Escola de Sociologia e Política em 1940. Dirigiu a Biblioteca Infantil Caetano de Campos entre 1933 e 1935 e, a convite de Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, organizou e dirigiu a primeira biblioteca infantil pública da capital, função que exerceu entre 1935 e 1961. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/w/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_l/lenirafaccaroli/5143. Acesso em: 12 jun. 2026.



A emergência do Antropoceno impõe às bibliotecas desafios estruturais e, nesse contexto, suscita a seguinte questão: como se configurou a implantação das primeiras bibliotecas infantis municipais em bairros operários e de imigração na cidade de São Paulo entre 1936 e 1956, e de que modo essa trajetória amplia a reflexão sobre o papel contemporâneo das bibliotecas públicas frente às desigualdades culturais e informacionais no contexto do Antropoceno?

Como contribuição para o campo, este trabalho apresenta uma cartografia das primeiras bibliotecas infantis municipais de São Paulo, cidade que historicamente constitui uma das mais extensas redes de bibliotecas da América Latina.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada integra cartografia histórica, análise documental e história institucional, em consonância com o paradigma indiciário formulado por Ginzburg (1989). Essa abordagem possibilita a interpretação de vestígios aparentemente periféricos como indícios de práticas, concepções e conflitos que nem sempre se manifestam explicitamente nas fontes, permitindo, assim, a recuperação de experiências que estão sub-representadas na historiografia da Biblioteconomia brasileira.

A pesquisa estrutura-se a partir da elaboração do instrumento denominado *Cartografia das Bibliotecas Infantis de São Paulo (1936–1956)*, fundamentada em uma investigação sistemática de múltiplas fontes, incluindo documentos administrativos e legislativos da Câmara Municipal de São Paulo, registros do Arquivo Histórico Municipal e da Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, publicações em diários oficiais, relatórios institucionais, materiais iconográficos, periódicos da época, entrevistas, acervos de memória oral e produções acadêmicas.

Os resultados apresentados correspondem à etapa inicial da análise documental, centrada na identificação dos projetos políticos que embasaram a implementação das bibliotecas infantis, na seleção de seus patronos, nas formas de organização institucional, no perfil das equipes, nas atividades destinadas ao público e nos métodos de divulgação.

A documentação gerada por instituições públicas frequentemente não se encontra devidamente organizada ou facilmente acessível, o que torna imprescindíveis



as etapas de busca, seleção e sistematização das fontes para o desenvolvimento da pesquisa. De forma análoga aos acervos escolares, que, conforme Vidal (2007), constituem documentos que refletem relações pedagógicas e burocráticas geradas por diversos agentes institucionais e que, segundo Gatti Junior e Pessanha (2010), possuem potencial para revelar práticas e culturas institucionais; do mesmo modo as bibliotecas infantis também preservam registros de caráter escritural, tais como relatórios de frequência, registros de uso e indícios sobre o perfil dos frequentadores que apesar de fragmentados, oferecem pistas relevantes acerca de seu funcionamento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A expansão territorial das bibliotecas infantis e os fluxos migratórios

A análise da sequência temporal de implantação das bibliotecas infantis municipais evidencia um processo de expansão marcado por descontinuidades e avanço territorial gradual. Após a inauguração da primeira Biblioteca Infantil Municipal — atual Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato — em 1936, observa-se um intervalo aproximado de dez anos até a abertura da segunda unidade, em 1946, localizada no bairro do Itaim Bibi. Este bairro, cujo desenvolvimento urbanístico se intensificou no início do século XX com o parcelamento de antigas áreas rurais, destacou-se pela expressiva presença de imigrantes europeus, sobretudo italianos e portugueses, que imprimiram características culturais e arquitetônicas distintas à região (Lopes; Toledo, 1988). A instalação de uma biblioteca infantil nessa localidade, então afastada do centro urbano, reflete a orientação da política cultural municipal de contemplar bairros em processo de consolidação urbana e com significativa população imigrante.

As evidências coletadas apontam que a ampliação das bibliotecas infantis nos bairros de São Paulo coincide com um período marcado por intensos fluxos migratórios internos e internacionais para a cidade. De acordo com Monarcha (2003), o centro histórico ultrapassou seus limites tradicionais, expandindo-se para além do Vale do Anhangabaú e do rio Tamanduateí, enquanto áreas anteriormente pouco habitadas passaram a ser gradativamente urbanizadas. Esse processo caracterizou-se pelo aumento da densidade populacional, pela diversificação das atividades econômicas e



pela reorganização dos espaços urbanos, refletindo um projeto de desenvolvimento econômico e modernização social.

Nesse contexto de transformação urbana, destaca-se a presença de uma hospedaria para imigrantes, inaugurada em 1887 nas proximidades do bairro da Mooca. Trata-se do principal local de abrigo para 2,5 milhões de pessoas oriundas de mais de 70 países, que reunia também migrantes brasileiros chegados à capital paulista, sobretudo a partir da década de 1930 (Silva, 2017). A hospedaria funcionou por 91 anos na região e atualmente abriga o Museu da Imigração do Estado de São Paulo — registro material de como os imigrantes foram, e continuam sendo, agentes ativos na transformação da cidade (Silva, 2017). A menção a esse equipamento não é apenas ilustrativa: ela evidencia que a política de instalação de bibliotecas infantis se deu num território já marcado por experiências coletivas de deslocamento, acolhimento e reconstrução identitária.

A partir da década de 1950, o processo de expansão das bibliotecas infantis municipais intensificou-se significativamente. Em 1952, foram inauguradas unidades nos bairros do Tatuapé e da Vila Mariana, regiões marcadas pela presença de populações trabalhadoras e imigrantes, conforme destacado por Masarolo (1971). No ano seguinte, a expansão alcançou o bairro de Santo Amaro, que, entre 1832 e 1935, foi município independente e possuía expressiva colônia alemã (Berardi, 1969), evidenciando a integração gradual de áreas anteriormente periféricas às políticas culturais da cidade. Em 1954, foi inaugurada uma unidade na zona norte, no bairro de Santana, e, em 1956, dez novas bibliotecas infantis foram distribuídas em diversos bairros (Pasquim, 2017).

Esses bairros apresentavam significativa presença de famílias imigrantes provenientes de Portugal, Itália, Espanha e Alemanha, além de migrantes do Nordeste brasileiro atraídos pelo processo de industrialização (Abarca, 1997).

Os dados coletados permitem inferir que tais bibliotecas exerceram função que transcendia a mera formação leitora, atuando também como instrumentos de integração cultural e educacional para populações em processo de inserção na sociedade urbana paulistana. Nesse cenário, atividades como a hora do conto, o teatro infantil, as sessões de cinema e o empréstimo de livros alcançavam um público marcado pela diversidade linguística, cultural e social típica do tecido urbano em expansão.



3.2 Democratização, controle pedagógico e identidade profissional

As bibliotecas infantis em São Paulo não se apresentavam como meros equipamentos culturais neutros, e de difusão cultural (Perrotti, 2017), mas operavam na dinâmica entre a ampliação do acesso à leitura e o controle das formas de leitura. Conforme Chartier (1990), esses espaços podem ser compreendidos como ambientes de criação de práticas socialmente contextualizadas, nos quais a leitura não apenas era oferecida, mas também orientada, selecionada e carregada de significados pedagógicos e disciplinadores.

De acordo com Cruz (2000), persistia no período o ideal de construção de uma "infância civilizada". As bibliotecas infantis foram inseridas num conjunto mais amplo de iniciativas direcionadas à educação, moralização e integração social das crianças, articulando-se a projetos pedagógicos orientados pela conformação de comportamentos considerados adequados à vida urbana. Essa dimensão normativa foi, portanto, elemento estruturante dessas instituições, como evidencia o relato da bibliotecária-educadora Celestina Conca no II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (Salvador, 1959). As práticas voltadas à "readaptação" de crianças consideradas "desajustadas" — especialmente em bairros operários e de populações migrantes — demonstram que a orientação da leitura abrangia a formação de hábitos e a normalização de comportamentos, e não apenas o acesso aos acervos bibliográficos.

Esse quadro normativo estendia-se à produção literária infantil, frequentemente caracterizada, até a década de 1970, como didática, pedagogizante e utilitária (Oliveira, 2015), revelando que as disputas sobre quem poderia ler, o quê e de que maneira permeavam tanto as bibliotecas quanto o campo editorial. As divergências relativas aos conteúdos tidos como apropriados para a leitura infantil integram um processo mais amplo de regulamentação do setor, que inclui também a profissionalização dos bibliotecários: a partir de 1936, Rubens Borba de Moraes passou a dirigir a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura, promovendo uma ruptura com o "amadorismo" — nomeação de literatos sem formação técnica — e defendendo a criação da Escola de Biblioteconomia. Conforme Moraes (2006), a catalogação, a



classificação e a organização sistemática dos acervos tornaram-se centrais nessa transição, em consonância com os princípios pedagógicos da Escola Nova².

A trajetória das bibliotecárias-educadoras desse período sintetiza os três eixos desta seção: atuaram num campo marcado pelo binômio acesso/controle, responderam a demandas de profissionalização técnica e construíram uma identidade que transcendia a gestão de acervos — exercendo mediação cultural e participando ativamente de políticas públicas. Reconhecer essa herança é condição para que a Biblioteconomia contemporânea possa responder, com fundamento histórico, às demandas de justiça cultural que o presente impõe.

3.3 Bibliotecas infantis no Antropoceno: permanências e urgências

O Antropoceno configura-se não apenas como uma crise ambiental, mas, principalmente, como uma crise relacionada às desigualdades sociais estruturais. As populações historicamente privadas do acesso à informação e à cultura são as que se encontram mais expostas aos impactos socioambientais desta era. Nesse quadro, a trajetória das bibliotecas infantis instaladas em bairros operários e de imigrantes em São Paulo constitui uma resposta, ainda que marcada por contradições, a essa dimensão de desigualdade, e sua história oferece lições que permanecem pertinentes para pensar as condições de existência e relevância dessas instituições no presente.

A localização das bibliotecas é, antes de tudo, uma questão de justiça territorial. No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais e por elevados índices históricos de analfabetismo, o acesso à leitura permaneceu por décadas restrito a grupos privilegiados: a Biblioteca Nacional exigia "trajes decentes" para a entrada (Martins, 2015, p. 109), e a Biblioteca Municipal de São Paulo — precursora da atual Biblioteca Mário de Andrade — proibia o acesso a menores de 12 anos, conforme seu Regimento Interno (1926, p. 8). Esses dispositivos evidenciam que a existência formal

² A Escola Nova foi um movimento pedagógico de âmbito internacional que emergiu no final do século XIX e se consolidou nas primeiras décadas do século XX, em oposição aos métodos tradicionais de ensino, centrados na memorização e na autoridade do professor. Defendia uma educação ativa, baseada na experiência e nos interesses da criança, concebida como sujeito do processo de aprendizagem. No Brasil, influenciou importantes reformas educacionais nas décadas de 1920 e 1930, associando-se à defesa de uma escola pública, laica, gratuita e direcionada à formação integral do indivíduo (Monarcha, 2003).



de acesso público não garantia igualdade real nas condições de frequência e apropriação dos espaços.

Como destaca Petit (2009), a simples existência física do acervo não assegura o acesso efetivo à leitura: é imprescindível o domínio das práticas letradas que possibilitem ao leitor apropriar-se dos textos disponíveis. A criação de bibliotecas direcionadas à infância pode ser compreendida, portanto, como uma tentativa de intervir nessa desigualdade desde os primeiros anos — deslocando gradativamente os limites simbólicos impostos à cultura escrita e respondendo antecipadamente a uma demanda de justiça que o Antropoceno torna ainda mais urgente.

Registros administrativos da Câmara Municipal de São Paulo indicam que a criação de bibliotecas infantis também respondia a demandas locais e, por vezes, a interesses eleitorais, como o Projeto de Lei nº 96, de 1948, que classifica a implantação de biblioteca como "melhoramento" urbano. Esse aspecto evidencia que tais instituições não foram concebidas apenas como projetos técnicos ou pedagógicos, mas como objetos de disputa política — o que reforça a necessidade de analisá-las a partir de suas condições concretas de produção e manutenção. No contexto do Antropoceno, essa dimensão política não é periférica: a capacidade de uma biblioteca de existir, resistir e servir comunidades vulneráveis depende diretamente das escolhas feitas no campo da gestão pública e da representação política.

A sustentabilidade institucional das bibliotecas — entendida como sua capacidade de continuidade diante de instabilidades políticas e financeiras — é, portanto, condição indispensável para que possam desempenhar seu papel social. Mais do que assegurar a existência física dessas instituições, trata-se de garantir condições efetivas de acesso, permanência e relevância para as comunidades às quais servem. O movimento histórico iniciado com a expansão territorial das bibliotecas infantis na São Paulo do século XX permanece inconcluso — e, diante dos desafios do Antropoceno, urgente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências coletadas nesta pesquisa indicam que as bibliotecas infantis em São Paulo não foram implantadas de forma isolada, mas sim como componentes de uma política cultural voltada para ampliar o acesso à leitura em diferentes áreas urbanas. A



instalação dessas bibliotecas em regiões com expressiva presença de populações migrantes e trabalhadoras demonstra que a formação de leitores foi concebida como parte de um projeto mais abrangente de integração cultural e educacional — ainda que marcado por tensões normativas e interesses políticos.

Sob a perspectiva da identidade profissional, a trajetória dessas bibliotecas revela que a Biblioteconomia no Brasil tem uma história marcada pela tensão entre o compromisso com a equidade e as pressões de cada época. Resgatar essa memória não constitui um ato nostálgico, mas uma condição essencial para que os profissionais do campo possam compreender suas origens, sua identidade e a finalidade das instituições em que atuam. É nesse horizonte que a reflexão sobre o passado adquire força propositiva para o presente.

No contexto do Antropoceno, essa reflexão assume uma urgência renovada. As bibliotecas são convocadas a se constituírem como ambientes de acolhimento, de promoção do pensamento crítico, de resistência e de enfrentamento às desigualdades informacionais, culturais e ambientais. Para que isso se efetive, são necessárias continuidade institucional e investimentos públicos consistentes — condições estruturais sem as quais nenhum engajamento profissional, por mais comprometido que seja, pode sustentar-se a longo prazo. Igualmente indispensável é a formação de profissionais que reconheçam sua identidade como agentes fundamentais da cultura e da ciência.

Esta investigação contribui para a História da Biblioteconomia ao legitimar as bibliotecas públicas infantis como objetos válidos de estudo histórico-profissional. Ao resgatar experiências pouco documentadas, situadas em regiões periféricas e associadas a grupos historicamente sub-representados na historiografia, reforça-se que a história da Biblioteconomia no Brasil é plural, descentralizada e profundamente conectada aos movimentos migratórios e às desigualdades que caracterizam nossa formação social. Pesquisas futuras poderão aprofundar a análise das atividades culturais promovidas nessas bibliotecas e seus efeitos sobre as comunidades atendidas, bem como examinar os perfis das bibliotecárias responsáveis por sua condução.

REFERÊNCIAS

ABARCA, Pedro. **História do Tatuapé**. São Paulo: Rumo, 1997.



BERARDI, Maria Helena Petrillo. **Santo Amaro**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1969. (História dos bairros de São Paulo, 4).

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1990.

CONCA, Celestina. Biblioteca infantil de bairro em São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2., 1959, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: FEBAB, 1959.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915**. São Paulo: Editora da PUC-SP; Arquivo do Estado; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. **Currículos, práticas e cotidiano escolar: a importância dos arquivos escolares para a produção de conhecimento em história da educação**. História da educação, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 14, n. 31, p. 155-191, maio/ago 2010.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **How Libraries Engage in Climate Communication and Education: key findings and recommendations**. Haia: IFLA, 2025.

LOPES, Helena de Queiroz Ferreira; TOLEDO, Vera Vilhena de. Itaim-Bibi. **São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico**, 1988. (História dos bairros de São Paulo).

MARTINS, Ana Luiza. **Gabinetes de leitura: cidades, livros e leituras na Província Paulista**. São Paulo: Edusp, 2015.

MASAROLO, Pedro Domingos. **O bairro de Vila Mariana**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1971. (História dos bairros de São Paulo, 8).

MONARCHA, Carlos. **Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História social da infância no Brasil. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 101-140.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de. **História do ensino da literatura infantil na formação de professores no estado de São Paulo (1947-2003)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

PASQUIM, Franciele Ruiz. **Lenyra Camargo Fraccaroli (1908-1991) na história da literatura infantil brasileira: contribuições de uma bibliotecária educadora**. 2017. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

PERROTTI, Edmir. Sobre Informação e Protagonismo Cultural. In: GOMES, Henriette F. et al. **Informação e protagonismo social**. Salvador, BA: EDUFBA, 2017. p. 11-26.



PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Editora 34, 2009.

SÃO PAULO (Cidade). **Regimento interno da Bibliotheca Publica Municipal**. Ato n. 1, de 12 jan. 1926. São Paulo, 1926.

SILVA, Arthur Felipe C. da. **Biblioteca pública, cidade, imigrantes e refugiados**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VIDAL, Diana Gonçalves. Instituições escolares no Brasil: por uma ampliação da noção de documento escolar. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

